



## Congresso condecora ex-presidentes

Em solenidade realizada no plenário do Senado (foto), os ex-presidentes Itamar Franco, Julio Maria Sanguinetti (Uruguai) e Raul Alfonsín (Argentina) foram condecorados ontem pelo senador José Sarney com o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional. Outras seis pessoas receberam comendas da ordem, outorgada a cidadãos do Brasil e do mundo que deram expressiva contribuição à causa da democracia ou prestaram serviços à instituição parlamentar.

Página 6

**Flaviano cobra  
nova legislação  
sobre a terra**

Página 8

# Ajustes dos estados passarão pelo Senado

*Governos estaduais terão de encaminhar à Comissão de Assuntos Econômicos informações sobre suas receitas líquidas e dívidas*

Os estados terão de submeter ao Senado todos os contratos que assinarem com o Ministério da Fazenda dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal. Resolução nesse sentido foi aprovada ontem pelo plenário. Além dos contra-

tos, os estados terão também de encaminhar à Comissão de Assuntos Econômicos informações sobre suas receitas líquidas mensais e o total das dívidas renegociadas pelos estados. Ao apresentar parecer sobre a matéria em plenário, o senador Gilvam

Borges afirmou que o Senado tem obrigação de examinar os contratos porque eles envolvem endividamento de longo prazo dos estados. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem emissão de Letras Financeiras do Rio. Página 3

## Oposição constitui bloco parlamentar

Onze senadores de partidos de oposição ao governo formalizaram ontem a formação de um bloco parlamentar para atuar no Senado. O líder do bloco é o senador José Eduardo Dutra. Página 5

## Beni Veras sugere mudança no BNDES

O senador Beni Veras recebeu ontem o apoio de diversos senadores em plenário à sua proposta de redirecionar para o Nordeste e a Amazônia 40% dos recursos aplicados pelo BNDES. Página 7

## CPI dos Títulos faz cronograma de trabalho

A CPI dos Títulos Públicos aprovou ontem o seu cronograma de trabalho, que prevê a audiência de diversas pessoas ligadas à área financeira de estados e municípios envolvidos no episódio. Página 2

# CPI dos Títulos Públicos define seu cronograma

*Primeira etapa dos trabalhos, que engloba depoimentos de 12 pessoas, poderá ser concluída no final de fevereiro*

A CPI dos Títulos Públicos deverá concluir a primeira etapa de seus trabalhos no final de fevereiro, previu ontem o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), vice-presidente da comissão, que realizou reunião interna para definir o seu cronograma de trabalho. Conforme o roteiro aprovado ontem, serão realizadas audiências públicas nos dias 5, 19, 20 e 26 do próximo mês, período em que 12 pessoas deverão ser ouvidas.



Geraldo Melo

radas, tendo decidido ouvir os que já estão convocados e somente depois a comissão fará novas convocações".

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também considerou "altamente positivo" o cronograma de trabalho da comissão que, conforme disse, "deve cumprir a sua finalidade com equidade, ou seja, sem particularizar estados nem municípios".

## DEPOIMENTOS

Pelo cronograma aprovado ontem, deverão depor quarta-feira (dia 5) três representantes do governo de Santa Catarina: Paulo Sérgio Prisco Pa-

raíso; Carlos Eduardo Ferreira e Oscar Falk. Dia 19, a CPI deverá ouvir Yoshiaki Nakano, secretário da Fazenda do estado de São Paulo, Ariovaldo D'Angelo, diretor-financeiro do Banespa, e Ibrahim Borges Filho, presidente da IBF Factoring.

O secretário de Finanças e o coordenador da dívida pública do município de São Paulo, além do secretário de Finanças de Campinas, deverão depor no dia 20. A CPI espera encerrar a primeira fase de depoimentos em 26 de fevereiro, ouvindo os secretários das prefeituras de Guarulhos e de Osasco, e o da Fazenda de Pernambuco. O secretário da Fazenda de Alagoas deporá em data a ser marcada.

A CPI também aprovou as transferências do sigilo fiscal, bancário e telefônico das seguintes pessoas jurídicas: IBF, Vector, Divisa, Negocial, Perfil, Vitória, Paper, JHL, Áurea, Contrato, Olímpia e FN - Negócios e Participações S/A.



Humberto Lucena

## Homenagem a Horácio de Almeida

A memória do jornalista paraibano Horácio de Almeida foi homenageada ontem pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que destacou tratar-se de "uma das mais ricas e vívidas inteligências da Nação". Segundo o senador, Almeida destacou-se também na literatura, além de ter sido um "conferencista de renome".

- Apesar de sua infância humilde, junto à família modesta, marcada pela austeridade e severidade do pai, Horácio de Almeida conseguiu, por sua enorme força de vontade, reverter tal quadro e formar-se em Direito, tornando-se advogado e jornalista brilhante - disse o senador.

Humberto Lucena citou, entre as obras deixadas por Horácio de Almeida, o ensaio intitulado *Eu*, sobre a vida do poeta Augusto dos Anjos. Nesse estudo, conforme o senador, o jornalista "traçou magistralmente uma página definitiva sobre o poeta magno da Paraíba".

## Senado terá sessão pelos 100 anos da ABL

O Senado realizará sessão solene em homenagem à Academia Brasileira de Letras, pelo centésimo aniversário de fundação. O plenário aprovou ontem requerimento com esse obje-

tivo, assinado pelos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE), Artur da Távola (PSDB-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Emília Fernandes (PTB-RS),

Josaphat Marinho (PFL-BA) e Esperidião Amin (PPB-SC). A ABL foi criada em 15 de dezembro de 1896 por iniciativa de seu primeiro presidente, o escritor Machado de Assis.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado ESPECIAL

11h - Reunião da bancada da Amazônia no Senado

Pauta: Projeto Caboclo - Um Plano Alternativo de Ocupação da Amazônia. Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (04.02.97)

### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL nº 111/96, que aprova o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15.12.95; e \*Projeto de Resolução nº 3/97, que autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Atas de Entendimento de 19.09.89, de 15.04.94 e de 12.12.95.

# Senado examinará os ajustes estaduais

*Todos os contratos assinados com o Ministério da Fazenda, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, deverão ser aprovados em plenário*

Todos os contratos que os estados assinarem com o Ministério da Fazenda, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, conhecido como "Proer dos estados", terão de ser submetidos ao Senado, conforme resolução aprovada ontem pelo plenário.

Além da íntegra dos contratos, os estados terão de encaminhar à Comissão de Assuntos Econômicos informações sobre suas receitas líquidas mensais e o total das dívidas renegociadas pelos estados, de acordo com emenda apresentada em plenário pelo senador Ernandes Amorim (RO).

"Com essa resolução, o Senado acaba de renascer", saudou após a votação o senador Esperidião Amin (PPB-SC). A nova resolução (nº 147/95) muda a legislação que autorizou os estados a assinarem os programas de ajuste com o Ministério da Fazenda. Os estados entenderam que a primeira resolução não os obrigava a prestar informações ao Senado sobre os contratos que estavam assinando. Assim, passaram a enviar à CAE apenas protocolos, e não os contratos, assinados com o governo federal.

Pela resolução aprovada ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos terá 15 dias para apreciar os contratos, enviando a seguir os acordos para votação do plenário. A obrigatoriedade vale inclusive para os nove acordos assinados em dezembro último pelos estados com o Ministério da Fazenda, além dos protocolos dos

contratos dos estados da Paraíba e Mato Grosso aprovados pelos senadores na última terça-feira. Ontem, o plenário aprovou três novas resoluções autorizando os estados de Goi-

ás, Rio de Janeiro e Rondônia a tomar financiamento do governo federal dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

## Gilvam lembra que contratos envolvem dívida de longo prazo

Ao apresentar parecer em plenário, em substituição à CAE, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o Senado tem a obrigação de examinar os contratos do "Proer dos estados" porque eles envolvem endividamento de longo prazo dos governos estaduais, inclusive o oferecimento de receitas próprias e transferências constitucionais como garantias.

Durante o debate da resolução que autoriza Rondônia a tomar financiamento federal, o senador Ernandes Amorim (RO) protestou contra a falta de informações dos estados ao Senado quando pedem autorização de endividamento. "Sou senador por Rondônia e não sei qual o va-



Gilvam Borges

lor da dívida do estado e muito menos se Rondônia tem condições de pagar esse financiamento". Por isso, Amorim apresentou emenda, que foi aprovada, obrigando os estados a prestarem informações sobre receita e endividamento quando enviarem ao Senado os termos dos acordos que estão assinando com o Ministério da Fazenda.

## CAE aprova emissão de Letras Financeiras do Rio

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em reunião presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), aprovou ontem parecer favorável a solicitação da prefeitura do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Te-

souro do Município, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre deste ano. A matéria, relatada pelo senador Ney Sussana (PMDB-PB), vai agora à deliberação do plenário.



Romeu Tuma

## Tuma aplaude condenação de fraudadora

A condenação, pela Justiça americana, de Jorgina Maria de Freitas Fernandes, que fraudou os cofres da Previdência Social em cerca de R\$ 32 milhões e deverá devolver três vezes mais que esse valor, é um exemplo de legislação que caberia ser "importada" pelo Brasil, sugeriu ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP). Para ele, aqueles que praticam qualquer tipo de fraude contra os cofres públicos cometem uma espécie de crime lesa-humanidade e devem sofrer penas superiores às dos crimes comuns.

Romeu Tuma considerou também que a condenação da fraudadora num tribunal de júri de Miami foi uma vitória do Brasil, que contratou advogados para conseguir levar Jorgina a julgamento nos Estados Unidos, onde se encontrava foragida da Justiça brasileira. O senador elogiou especialmente o embaixador do Brasil naquele país, Paulo de Tarso Flecha de Lima, cujo empenho teria sido fundamental para viabilizar o julgamento.

# Jefferson Peres defende a desincompatibilização

Ao suprimir essa exigência constitucional, segundo o senador do PSDB, a Câmara dos Deputados criou "um problema jurídico e uma aberração político-institucional"



Eduardo Suplicy

## Suplicy propõe debate entre Iris e ACM

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem à Mesa Diretora que proponha aos candidatos à presidência do Senado - Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Iris Rezende (PMDB-GO) - a realização de um debate para que apresentem as idéias com que pensam dirigir a Casa. "É uma forma de exporem a maneira como eles pretendem conduzir o Senado, fortalecer a instituição e ampliar a independência entre os poderes", explicou.

Suplicy afirmou que, às vésperas de eleger o nome que vai presidir a instituição pelos próximos dois anos, o Senado só tem a ganhar com essa exposição de idéias. Admitiu que vários senadores já sabem em quem vão votar, mas sustentou que nenhum deixará de estar presente a um debate de tão elevado nível.

- Ainda que muitos tenhamos feito nossas opções - eu, em princípio, vou votar no senador Iris Rezende -, avalio que será altamente positivo e engrandecedor para o Senado que possamos assistir a uma exposição de motivos por parte dos candidatos.

No mesmo discurso, Suplicy requereu a transcrição nos Anais do Senado de entrevista da economista Eliana Cardoso publicada no *Jornal do Brasil*.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) conclamou ontem o plenário do Senado a alterar a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição para cargos executivos, caso o seu texto chegue à Casa permitindo que o presidente da República, governadores e prefeitos disputem a reeleição sem antes se desincompatibilizarem.

- Ao suprimir a desincompatibilização, a Câmara criou um problema jurídico e uma aberração político-institucional. Tudo indica que esta polêmica vai para o Supremo Tribunal Federal. Qualquer que seja a decisão dessa Corte, está criada uma incoerência político-institucional - frisou.

Jefferson Peres disse que, na interpretação de alguns juristas, se o dispositivo aprovado não impõe o afastamento do presidente, governadores e prefeitos candidatos, eles poderão fazer campanha mantendo-se no



Jefferson Peres

exercício do cargo. Isso porque, esclareceu, quando se trata de restrição de direito, a regra tem que ser clara e precisa.

Outros juristas, prosseguiu o senador, entendem que deve prevalecer na interpretação dos fatos a tradição histórica e a norma constitucional, que exige o afastamento do mandatário que se candidatar a outro cargo.

- Com a exigência de desincompatibilização para quem se candidatar a outro cargo e a dispensa quando o mandatário disputa o mesmo cargo cria-se uma dualidade absolutamente

incoerente e ilógica. Nessa hipótese, o governador Mário Covas teria que desincompatibilizar-se seis meses antes da eleição caso desejasse disputar a Presidência, enquanto Fernando Henrique Cardoso poderia ficar no cargo - observou.

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou, em aparte, que vai-se criar uma situação de "dois pesos e duas medidas", e exemplificou que, nesse caso, um secretário de estado, que é um subordinado do governador, terá que desincompatibilizar-se para disputar o governo, enquanto o titular do cargo poderá continuar governando. Benedita da Silva (PT-RJ) também aparteu para dizer que, no seu entender, a matéria aprovada na Câmara é inconstitucional. Romeu Tuma (PSL-SP) disse estar informado de que, no segundo turno de votação da proposta na Câmara, será corrigida essa incoerência.

## Vender a Vale é um equívoco, garante Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é uma decisão equivocada. A seu ver, "a Vale é mais que uma empresa competente, simboliza a capacidade realizadora do povo brasileiro e defendê-la é questão de soberania nacional".

Segundo a senadora, a Vale é tida como um modelo mundial no setor que atua, com plenas condições de participar do processo de mundialização dos mercados. Para ela, abrir mão do controle da empresa significa "subtrair do Brasil seu poder de barganha na economia mundial e retirar-lhe o mais completo instrumento de que dispõe para en-

frentar um cenário de intensa competitividade".

Benedita da Silva destacou que a estatal está presente em nove estados, atuando na exploração de minérios e na siderurgia, e operando sistemas interligados de mina-ferrovia-porto, além de produzir madeira, celulose e papel, para o aproveitamento das áreas de reflorestamento de que dispõe.

- Impossível avaliar, com um mínimo de confiabilidade e precisão, o patrimônio da Vale, sobretudo em função da extensão das suas jazidas. Desse modo, vendê-la pode significar, inclusive, ato de lesa-pátria. Aliás, maior que seu patrimônio é seu

valor estratégico - garantiu a senadora.

Depois de lembrar que o Estado tem fundamental importância no desenvolvimento de uma nação, Benedita da Silva citou, como exemplo, o caso do Japão, onde, a seu ver, todo o processo de modernização se fez a partir da presença estatal. "E enfraquecer o Estado, nas atuais condições brasileiras, é desistir de corrigir nossas desigualdades sociais", afirmou.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu mais investimentos no setor educacional, observando que "esse foi um dos primeiros passos dado pelo Japão em direção ao progresso". O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), por sua vez, disse que "ressalvar a posição da Vale é defender o interesse nacional".



Benedita da Silva

# PT, PDT, PSB e PPS formam bloco no Senado

Onze senadores passarão a atuar em conjunto sob a liderança do petista José Eduardo Dutra. Eles já reivindicam a presidência da CAS e o cargo de 2º vice-presidente na Mesa

Os 11 senadores dos partidos de oposição oficializaram ontem a formação de um bloco parlamentar para atuação no Senado. O anúncio foi feito em plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), escolhido para o cargo de líder do bloco, integrado pelo PT (cinco senadores), PDT (três senadores), PSB (dois senadores) e PPS (um senador).

A formação deste bloco mostra o amadurecimento das oposições - sustentou José Eduardo Dutra. Ele leu manifesto assinado pelos até então líderes dos outros partidos, onde reafirmam sua luta pelo



José Eduardo Dutra

crescimento econômico com "distribuição de renda, riqueza e poder". O manifesto destaca sua "oposição ao atual governo federal, assentado sobre uma base política majoritariamente conservadora, divorciada dos interesses da grande maioria da

população brasileira".

Dutra salientou ainda o desprendimento dos líderes dos outros partidos, que abrem mão de suas prerrogativas para formação do bloco das oposições. Em entrevista coletiva à imprensa, o primeiro líder do novo bloco afirmou que, juntas, as oposições se tornam o quarto maior partido no Senado. Assim, conforme José Eduardo Dutra, o bloco reivindicará a presidência da Comissão de Assuntos Sociais e o cargo de 2º vice-presidente da Mesa Diretora do Senado.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou

que o bloco "poderá crescer, com a adesão de outros senadores". O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) saudou a formação do bloco, enquanto Ademir Andrade (PSB-PA) e Sebastião Rocha (PDT-AP) destacaram o compromisso do novo bloco em lutar por projetos que melhorem a vida dos mais pobres.

A Mesa do Senado recebeu comunicação oficial sobre a formação do bloco, assinada pelos líderes dos quatro partidos - Júnia Marise (PDT-MG), Ademir Andrade (PSB-PA), Roberto Freire (PPS-PE) e José Eduardo Dutra (PT-SP).

## Emília Fernandes valoriza o sistema de comunicação da Casa

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacou o trabalho desenvolvido pelos meios de comunicação do Senado que, "ao longo destes últimos dois anos, transformaram-se em importantes instrumentos de divulgação da atividade política do País, com objetividade e transparência". Ela citou o jornal, a tevê, a

emissora de rádio e os projetos de interação com a sociedade via Internet como exemplos de eficiente trabalho de comunicação da

Casa.

Emília Fernandes afirmou que o acerto dessas iniciativas é comprovado diariamente pelo retorno que os senadores recebem em seus gabinetes quando, muitas vezes, depois de concluir um discurso, recebem telefonemas ou fax de lugares distantes do País com opiniões sobre o que falaram.

Emília Fernandes elogiou também o convênio firmado entre a TV Senado e o Canal Rural, que prevê a retransmissão das imagens da Casa.



Emília

## Jornais reúnem-se em Porto Alegre

"A informação é um bem valioso, que não deve ser pervertido a serviço de minorias ou de interesses escusos", disse ontem Emília Fernandes, ao anunciar que nos dias 5 e 6 de fevereiro, em Porto Alegre, será realizado Encontro Mundial de Entidades de Jornal, para debater a realidade dos jornais no mundo e o papel

atual da imprensa.

O evento é promovido pela Associação Mundial de Jornais, e a senadora elogiou seu presidente, Jayme Sirotsky, pela desenvoltura e competência com que vem desenvolvendo seu trabalho. Para ela, o encontro significa um dos momentos mais importantes para o debate do papel da imprensa.

## Livro registra atuação política de Clodomir

O segundo volume da série "Grandes Vultos que Honraram o Senado", homenageando Clodomir Cardoso, foi lançado na tarde de ontem na sala de autoridades do gabinete da Presidência. O senador José Sarney, autor do prefácio, disse que Clodomir honrou a Casa e constituiu-se numa referência moral para os políticos de sua época.

O livro contém dados biográficos e documentos relativos à atuação parlamentar de Clodomir Cardoso, nascido em São Luís, em 1879, deputado, governador do Maranhão, senador de 1934 a 1937, e senador constituinte de 1946 a 1953, ano de seu falecimento, no Rio de Janeiro.

A solenidade contou com a participação de familiares do ex-senador - sua filha e netos - e de parlamentares da bancada do Maranhão no Congresso.



Eptácio Cafeteira

## PPB continua sob liderança de Cafeteira

A Presidência do Senado recebeu ontem comunicação dos cinco senadores do Partido Progressista Brasileiro (PPB) informando que o senador Eptácio Cafeteira (MA) continuará na liderança do partido no biênio 97/98. Integram a bancada do PPB os senadores Esperidião Amin (SC), Levy Dias (MS), Leomar Quintanilha (TO), Lucídio Portela (PI) e Eptácio Cafeteira (MA).

# Condecorados Itamar, Sanguinetti e Alfonsín

*Entre outros homenageados, eles receberam de Sarney o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional, pela importante contribuição que deram à causa da democracia*

Em solenidade realizada no plenário do Senado, o presidente José Sarney condecorou ontem o presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, e os ex-presidentes do Brasil, Itamar Franco, e da Argentina, Raul Alfonsín, com o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional. Outras seis pessoas também receberam comendas da ordem, criada para ser outorgada a cidadãos do Brasil e do mundo que deram uma contribuição expressiva à causa da democracia ou prestaram serviços à instituição parlamentar.

Ao discursar no início da cerimônia, Sarney afirmou que "o Congresso é o espaço, por excelência, do exercício da democracia moderna, a expressão máxima da cidadania". Afirmou também que a democracia não é uma entidade abstrata, mas se expressa pela voz do povo nas ruas, pela mobilização dos cidadãos organizados, pela imprensa livre, pelos partidos políticos comprometidos com a vontade popular e com o pluralismo das opiniões.

E ela se expressa antes de tudo - acrescentou o presidente - através dos parlamentos, a instituição por excelência da liberdade e da cidadania, o farol maior que orienta e conduz os navegantes na viagem cósmica do permanente aprimoramento



Senadores e convidados lotaram o plenário na cerimônia que reconheceu contribuição à causa democrática

mento moral da Humanidade.

Sarney disse que Itamar Franco recebia a comenda pelos serviços que prestou ao Legislativo, como senador por vários anos, e como "o presidente que assegurou a transição e a estabilidade depois dos tormentosos episódios que culminaram com o impeachment de um presidente da República".

Sobre a outorga da ordem ao presidente Sanguinetti e ao ex-presidente Alfonsín, o presidente do Senado disse que "ela simboliza o reconhecimento do Congresso e do povo brasileiros a dois ilustres cidadãos das Américas, a dois campeões da democracia no nosso continente, a dois estadistas que compreenderam a magnitude da obra

que o destino lhes colocou à frente - reconstruir a democracia nos seus países e na América Latina e colocá-la a serviço do desenvolvimento econômico e da integração". E referiu-se à contribuição de ambos na criação do Mercosul.

Também receberam comendas o suplente e ex-senador Pedro Piva, o ex-ministro da Justiça Saulo Ramos, o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita, no grau de Grande Oficial; e o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, no grau de Comendador. Foram ainda agraciados o advogado Luiz Carlos Bettiol, no grau de Oficial, e o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados

Unidos, Vicente Juliano Bonnard, no grau de Cavaleiro.

As insígnias e os diplomas da ordem foram entregues aos agraciados pelo presidente Sarney. Em seguida, Julio Sanguinetti, em nome dos homenageados, fez um pronunciamento no qual afirmou que a entrega da ordem adquiria um valor profundo e extraordinário. Ele lembrou que, nos últimos anos, foram construídas muitas coisas no Brasil, na Argentina e no Uruguai, países onde se deu um enorme processo de reconstrução das instituições democráticas e do sonho de justiça dos povos.

Além de Sarney, compuseram a mesa dos trabalhos o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, Sanguinetti, Alfonsín, Itamar Franco, Saulo Ramos e Pedro Piva.

"A democracia não é uma entidade abstrata"

## Ex-presidente argentino propõe Parlamento do Mercosul

O ex-presidente argentino Raul Alfonsín defendeu ontem, durante entrevista no Congresso Nacional, a criação de um Parlamento Latino-Americano, composto pelos países-membros do Mercosul. Segundo informou, dispositivo nesse sentido foi inserido na Constituição argentina, em 1994. Ele veio ao Congresso

para receber, juntamente com o presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, e o ex-presidente Itamar Franco, o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional, em solenidade realizada no plenário do Senado.

Para Alfonsín, a integração entre os países que fazem parte do Mercado Comum do Sul é "uma realidade que cresce, e

pode se expandir para outras áreas além da comercial". O ex-presidente argentino manifestou o desejo de ver tal intercâmbio também em outros campos, como o científico.

O Mercosul é uma integração para reforçar a democracia, a igualdade e a justiça social, além de defender a soberania e a independência econômica frente ao processo de globali-

zação. No Mercosul não há relações de países centrais e periféricos - salientou Alfonsín, cauteloso com a possibilidade de ingresso da Argentina no Nafta - mercado comum entre Canadá, México e Estados Unidos. "Essa é uma decisão que deve ser tomada em conjunto com os demais países do Mercosul", disse.

# Beni quer BNDES na questão regional

*Proposta do senador obriga o banco de desenvolvimento a aplicar progressivamente, a partir do ano 2000, pelo menos 40% dos recursos que administra na Amazônia e no Nordeste*

O senador Beni Veras (PSDB-CE) anunciou ontem que apresentará emenda ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) propondo que, a partir do ano 2000, o sistema BNDES aplique progressivamente pelo menos 40% dos recursos sob sua administração na Amazônia e no Nordeste.

Beni Veras disse que já encaminhou minuta da emenda aos senadores das bancadas daquelas regiões e registrou que pretende construir, até 15 de abril, quando a LDO chega ao Congresso, uma proposta que coloque o BNDES "no centro da questão regional". Para ele, o agravamento das disparidades regionais é signo do fracasso do Senado como guardião da Federação.

Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Francisco Escórcio (PFL-MA), Edison Lobão (PFL-MA), João Rocha (PFL-TO), Humberto Lucena (PMDB-PB), Ernandes



Beni Veras

Amorim (RO) e Waldeck Ornelas (PFL-BA) apartearam o pronunciamento para antecipar seu apoio.

As desigualdades inter-regionais de renda e de bem-estar resultam, no entendimento de Beni Veras, de uma gestão da política econômica nacional e de uma administração dos gastos públicos voltadas para a concentração de investimentos nas regiões Sul e Sudeste. Foi assim com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, no período 1956-1960, em que o então BNDE aplicou na Amazônia e no Nordeste apenas CR\$ 2 bi-

lhões de um total de CR\$ 33 bilhões.

- O quinhão maior dos recursos ficou com Minas Gerais, com 42,5%, em seguida São Paulo, com 24,2%, e em terceiro, o Rio Grande do Sul, com 18,9%. À Amazônia e ao Nordeste coube a migalha de apenas 6% - comparou.

Beni Veras advertiu que o mesmo viés concentrador permanece atualmente, pois em 1994 e 1995 o BNDES aplicou apenas 11,1% e 11,3% naquelas duas regiões, "participação muito inferior à participação relativa do PIB (16%) e à participação relativa na população nacional (36%)". Segundo ele, todas as entidades federais registram decisiva concentração de gastos e aplicações nas regiões desenvolvidas.

Ao invés de um "balcão"

que aguarda solicitações de empréstimos, a intenção do senador é ver o BNDES transformado numa agência de fomento e desenvolvimento ativo, com papel semelhante ao que desempenhou durante o Plano de Metas em relação às regiões hoje desenvolvidas. Beni Veras acredita que o País, no seu conjunto, só tem a ganhar com a incorporação das potencialidades das regiões subdesenvolvidas, pois diversificará a pauta de exportações e aumentará a competitividade nacional numa economia globalizada, sem ameaçar o equilíbrio das contas externas.

No caso do Mercosul, a Amazônia e o Nordeste têm vantagens comparativas que "poderão desequilibrar a nosso favor", pois o Sudeste e o Sul têm características climáticas e culturais muito similares às da Argentina, Uruguai e Chile, disse.

## Redirecionamento do banco agrada a Camata, Escórcio, Lobão, Rocha, Lucena, Amorim e Waldeck

A proposta de Beni Veras de redirecionar a ação do BNDES para a questão regional repercutiu favoravelmente no plenário. Gerson Camata (PMDB-ES) concordou que o BNDES foi, e deveria continuar sendo, um dos principais instrumentos para a superação das desigualdades regionais. Na sua opinião, a ditetoria do banco concentra excessivo poder na aplicação dos recursos.

O esvaziamento do Ministério da Integração Regional, segundo Francisco Escórcio (PFL-MA), reti-

rou do Norte e do Nordeste o único órgão federal predominantemente ocupado com os problemas específicos àquelas regiões. Já para Edison Lobão (PFL-MA) "o fato é que há uma perseguição constante, permanente, quase obsessiva em prejudicar o Norte e o Nordeste". O exemplo mais recente dessa postura estaria na medida provisória que instituiu benefícios para a instalação de indústrias automobilísticas nas regiões subdesenvolvidas. "O mundo veio abaixo", disse Lobão, lembrando que as montadoras do Sudeste foram instaladas com for-

tes subsídios fiscais.

João Rocha (PFL-TO) considerou que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são tratadas pelo governo apenas como consumidoras, ignorando suas potencialidades territoriais e de mercado. "Elas não podem ter indústrias de transformação", afirmou. Humberto Lucena (PMDB-PB) destacou a importância do projeto de transposição das águas do rio São Francisco para vários estados nordestinos.

Ernandes Amorim (RO), por sua vez, salientou que os recursos existem, mas que eles

nunca são destinados à Amazônia.

De fato, acrescentou Waldeck Ornelas (PFL-BA), em 1996 o BNDES teve uma sobra de caixa da ordem de R\$ 1,3 bilhão. A seu ver, isso ocorreu porque o banco se coloca na posição de atender demandas, sem uma postura ativa de agente de desenvolvimento, gerador das condições de existência de demandas. Ao concordar que a desconcentração da economia é fundamental, ele solidarizou-se com a proposta de Beni Veras e garantiu seu apoio.

# Flaviano reclama nova legislação agrária

*Senador defende rápida votação de seu projeto que torna mais ágil a desapropriação de terras para a reforma e lamenta desinteresse do governo*

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) lamentou que o projeto de sua autoria que torna mais ágil a desapropriação de terras para fins de reforma agrária tenha tido sua apreciação em plenário adiada mais uma vez, retornando à Comissão de Assuntos Econômicos. A seu ver, esse fato demonstra o desinteresse do governo por uma medida que daria ao presidente da República condições de efetivar a reforma agrária.

Segundo Flaviano, a lei que regulamenta a matéria está "recheada de lacunas, ambigüidades e controvérsias que emperram as desapropriações

e, conseqüentemente, a reforma agrária". Conforme disse, o projeto que apresentou procura corrigir essas distorções, "contribuindo efetivamente para acabar com os conflitos agrários que tantas vítimas fazem Brasil afora".

Entre as modificações que o projeto introduz, o senador destaca a definição clara do In-cra como órgão executor da reforma agrária e a fixação do prazo de dois anos, depois dos levantamentos feitos pelo órgão, para que qualquer modifi-



Flaviano Melo

cação em imóvel rural seja considerada.

- Com isso, evitam-se dois problemas cruciais: a maquiagem do imóvel (modificando as condições de uso da terra, fazendo crer tratar-se de área produtiva) e o fracionamento fraudulento, com alienações simuladas, transformando grandes áreas em médias ou pequenas propriedades - explicou Flaviano.

Também são importantes, para o senador, o item do projeto que permite a notificação do proprietário por meio de edi-

tal; o que determina que a propriedade, além de produtiva, tem que cumprir os demais requisitos da sua função social; o que modifica o cálculo do grau de eficiência na exploração da terra; e o que considera a presença de posseiros para fins de avaliação do imóvel.

Apesar de reconhecer avanços, Flaviano alerta para a gravidade dos conflitos de terra que continuam ocorrendo em todo o País. "É o que normalmente se vê é o governo correndo atrás do prejuízo, quando deveria estar à frente, antecipando-se aos problemas com as devidas soluções", disse.

## Suassuna cobra planejamento contra seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ontem ao governo federal para que planeje medidas capazes de proteger o Nordeste contra a possibilidade de seca este ano. Ele disse que as previsões climáticas para a região em 1997 não são boas, tendo sido o inverno passado igualmente pouco eficaz.

- Urge providências para que não sejamos apanhados por uma seca rigorosa.



Ney Suassuna

sa. O governador José Maranhão está empenhado em obter maiores reservas d'água, mas é necessário que o governo federal não negligencie essa questão -

argumentou o senador.

Ele considera fundamental que o governo federal e os estaduais unam esforços a fim de estarem prontos para prevenir a região contra as perdas normalmente provocadas pelas secas.

- O meu alerta é para que o governo ponha sua estrutura para planejar, a fim de que não sejamos apanhados de surpresa - advertiu Suassuna.

## Voto de pesar por Paranhos de Azevedo

O Senado aprovou a inserção em ata de voto de pesar e tristeza pelo falecimento do engenheiro Josaphat Paranhos de Azevedo, e o envio de pêsames à família.

Autor do requerimento aprovado, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou que Paranhos de Azevedo atuou em vários cargos da administração estadual da Bahia, além de ter exercido vários mandatos como deputado estadual e federal, sempre com dignidade.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES RENAN CALHEIROS, LEVY DIAS, NEY SUASSUNA, FRANCISCO ESCÓRCIO, VALMIR CAMPELO E ROMERO JUCA

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos - 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros - 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Vareia

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília